

DE 20 EM 20: DIÁLOGOS COM SUAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA PÚBLICA.

GABRIELLA DAS NEVES FURTADO¹; MICHELE HELENA WENDLER SIEFERT²;
GEORGINA HELENA XAVIER LIMA ³:

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – gabi03nf@gmail.com 1

²Universidade Federal de Pelotas – msiefert@gmail.com 2

³Universidade Federal de Pelotas – geohelena@yahoo.com.br 3

1. INTRODUÇÃO

O trabalho consiste em ter um olhar crítico e cuidadoso para a Lei 10.639/2003 “que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica.” (DIRETRIZES CURRICULARES. p.9). No entanto, quando nos referimos a aplicação desta lei nas escolas brasileiras, é notório que ainda se encontram muitos desafios a serem enfrentados, sejam eles estruturais, culturais e até mesmo pedagógicos, precisando considerar que vivemos em uma sociedade extremamente desigual, racista e conservadora.

Quando refletimos sobre o surgimento da lei 10.639/2003 e sua implementação, podemos entender que, conforme ressalta Santos (2016, p. 11), “A aprovação da lei 10.639 deu legitimidade para as práticas sociais e proposições do movimento negro brasileiro, foi resultado de lutas e reivindicações que representam para todos os brasileiros e não apenas para a população negra um avanço na luta antirracista.” Em outras palavras, a lei foi uma conquista significativa para o movimento negro, que buscava reconhecimento e inclusão da história e cultura afro-brasileira nas escolas como uma possibilidade de uma educação antirracista.

Mesmo após 21 anos da sua criação, ainda é necessário ter discussões no qual atuem efetivamente pois mesmo sendo um marco na educação brasileira, essas práticas que objetivam ser educativas para o combate ao racismo, acabam por não serem aplicadas de modo efetivo ou enfrentam resistências a ponto de negação total às práticas pedagógicas nesta questão. Assim, ressaltamos que não é eficaz que se trabalhe com essa temática apenas no dia 20 de Novembro ou na semana reservada à consciência negra em alusão à morte de Zumbi de Palmares porque, afinal, o processo de conscientização não se dá em apenas um dia/uma semana no ano. Na perspectiva de Santos (2016, p. 11) a escola precisa se reinventar para implantar a obrigatoriedade da lei em seu cotidiano, além de trabalhar constantemente para superar o racismo, reconhecer e valorizar as raízes africanas da sociedade brasileira, que sofre com a exclusão e com a invisibilidade até hoje.

Foi justamente isso que constatamos nas práticas das professoras envolvidas no Projeto “de 20 em 20”. Projeto este que é formado por três professoras que atuam na rede municipal e estadual de ensino do município de Pelotas, negras e não negras que buscam contribuir com a pauta antirracista nos espaços em que ocupam, comprometidas com a pauta buscam sempre aprimorar os conhecimentos através de pesquisas bibliográficas. Com isso, nosso objetivo

neste trabalho é analisar como são as práticas anti racistas com ênfase neste projeto, "De 20 em 20" após 21 anos da implementação da Lei 10.639/03 e de que forma impacta na vida e no cotidiano dos estudantes, considerando o objetivo de garantir um ambiente escolar saudável para os alunos, para que se sintam a vontade de expressar seu modo de viver, de crer, de ser e que sejam respeitados na sua individualidade.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

Com o intuito de analisar a efetividade da lei 10.639 nas escolas, escolhemos acompanhar refletindo e observando as práticas de uma das professoras que compõem o projeto "De 20 em 20". Escolhemos observar a aula de uma das professoras deste projeto, para vermos de perto como é feita a abordagem das questões raciais no cotidiano das escolas em que elas atuam, como também observar as dificuldades enfrentadas tanto por elas quanto pelas crianças da classe. Durante a aula que observamos, a professora trouxe a história de duas mulheres negras ativistas da cidade de Pelotas, trazendo como questão apresentar estas mulheres para que as crianças tenham consciência de que a cultura afro-brasileira também está situada na cidade onde vivem, e não apenas em outros lugares mais "famosos" que estamos acostumados a mostrar e/ou trabalhar com as crianças. Optamos por entrevistar uma das professoras do projeto que ressaltou que nas práticas, juntamente com suas colegas, procuram sempre buscar pessoas negras conhecidas do bairro em que as crianças vivem, para que possam entender que aquela costureira, benzedeira, curandeira, dentre outras coisas também é uma pessoa negra que serve como inspiração e também para juntamente com a turma, conhecer a história dessa pessoa.

Segundo a professora entrevistada, acredita-se que dessa forma é possível alcançar uma sociedade mais justa e com respeito à diversidade e individualidade. O grupo de atuantes ainda esperam que através do seu trabalho, seja passado um legado de seus ancestrais valorizando a cultura negra e as personalidades que o currículo colonial não exalta. A professora entrevistada conta que o projeto nasceu por um desejo da Mestra Griô Sirley Amaro (in memorium)¹ em querer levar o significado do 20 de Novembro para as crianças, em gratidão e respeito a tudo o que essa Mestra representou para o grupo de professoras.

A escolha e o interesse em pesquisar e observar as práticas de uma destas professoras, é justamente por refletirmos a ausência de pautas do anti racismo nas escolas, principalmente em nosso período de escolarização, ainda mais pensando em como abordar a temática na interdisciplinaridade. Conforme uma notícia na página da Universidade Federal de Juiz de Fora, uma das principais dificuldades é fazer com que os professores pensem, criticamente, a implementação da cultura afro-brasileira e africana nas salas de aula, pois isso se deve a cultura europeia enraizada no nosso país (UFJF, 2023). O discurso europeu sempre levou mais em conta o tom da pele como base principal para distinguir valores e status, segundo Bento (2002) foi no bojo da colonização que se constituiu a branquitude, de maneira a usar os negros africanos como

¹ Griô Sirley Amaro faleceu em 2020, foi uma mulher negra e costureira na cidade de Pelotas. Altamente reconhecida como defensora da história do povo negro da cidade, recebeu o título de Mestra pelo Programa Cultura Viva. Sirley destacou-se pela "Pedagogia do fuxico" - termo utilizado por Martins (2022)-, ação que envolvia ancestralidade, oralidade e musicalidade, utilizando seus fuxicos para transmitir suas histórias, costumes e identidade. Sua identidade negra foi construída a partir de suas vivências na sociedade e das histórias que compartilhava, assim, seu legado, conhecimentos e histórias eram passados adiante.

contraste, em relação à identidade branca criada pelos europeus. Segundo Gomes (2005), no Brasil, quando discutimos a respeito dos negros, é notável que diversas posturas racistas levam em conta a aparência física para determiná-los como “bom” ou “ruim”, “competentes” ou “incompetentes”, etc. O que devemos questionar é o motivo de julgarmos especialmente as pessoas negras pela sua aparência física, vivemos em um país de estrutura extremamente racista, onde a cor da pele de uma pessoa é fator determinante para o seu lugar na sociedade, sendo julgado previamente pela sociedade questões como a sua história, seu caráter e sua trajetória. .

No geral, a marca do “De 20 em 20” tem se mobilizado, incomodado por lembrar cotidianamente o compromisso de todos com a pauta de levar a cultura e a história afro-brasileira, porém muitos ainda não se responsabilizam. Isso nos mostra como nos mantemos em uma crença de que o “mito da democracia racial” está cada vez mais presente na nossa sociedade que se abstém ao lutar por qualquer tipo de discriminação, afirma-se então o discurso de que se não temos discriminação racial, não temos preconceito racial no Brasil.

Para entendermos de perto como funciona as práticas do projeto “De 20 em 20” fizemos uma observação em uma aula na turma “mista” (havia crianças do 4º e 5º ano), no dia chovia bastante, por isso, foram poucas crianças. A professora no qual observamos as práticas ministra a disciplina implementada recentemente no currículo das escolas da Rede municipal de Pelotas, chamada de “Introdução à produção literária”, uma disciplina que visa desenvolver habilidades essenciais como fluência leitora, conhecimento de gêneros textuais e muito mais tendo a leitura como eixo central das atividades.

No dia em que ocorreu a observação, a professora observada levou para os alunos a história de duas mulheres negras e ativistas muito importantes para a cidade de Pelotas, são elas: Marielda Barcellos e a Mestra Griô Sirley Amaro. Marielda² é autora de um livro de poesias chamado “Sonoridade Adinkra” em que conta sua história e expõe seus sentimentos, em uma destas poesias, faz uma homenagem à Mestra Griô Sirley Amaro, agradecendo-a por cultivar a cidade de Pelotas com suas vivências e contagiá-la através da sua luta constante pelo combate ao racismo.

A professora levou para a turma uma imagem de cada uma das ativistas do movimento negro citadas acima para apresentar para as crianças as suas características, contextualizando as suas lutas e contribuições. Em seguida, após uma discussão sobre elas, a mesma entregou algumas poesias que foram retiradas do livro de Marielda, e através desses versos contemporâneos e de uma relevância social, as crianças foram convidadas a escolherem algum que as chamasse a atenção que se identificassem.

Com a escolha feita, cada uma das crianças realizou a leitura da poesia, inicialmente de forma individual. Quando necessário, a professora se dispôs a auxiliar nas leituras, ressaltando a importância de auxiliar no momento da compreensão leitora e principalmente na compreensão dos significados que contém nesses versos. Realizada a leitura, os alunos compartilharam a poesia escolhida por eles para que os seus colegas pudessem ouvi-las também. Como o tempo restante era limitado e havia também poucas crianças, não houveram tantas trocas de ideias, mas uma das meninas ao escolher a sua poesia,

² Marielda Barcellos Medeiros é uma mulher negra, ativista nas áreas de educação, relações étnico-raciais, diversidade e diferença, arte e educação. Também professora aposentada da rede municipal de Pelotas, sendo coordenadora do Núcleo de Educadoras e Educadores Negros de Pelotas.

comentou com a professora que achou a sua poesia “muito linda”, o que foi um momento bem significativo, pois a menina estava realmente apreciando a sua poesia escolhida e desenvolvendo um olhar sensível para ela. A mesma ao não entender o termo em que Marielda se refere aos seus cabelos, pergunta à docente como poderia citar o termo no qual não conhecia. Esse exemplo nos faz refletir sobre o quão as crianças podem aprender a partir do vocabulário de outras pessoas que compartilham de seu mesmo grupo social, auxiliando a reforçar suas questões de identidade e etnia.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta experiência investigativa, pudemos analisar a implementação da Lei 10.639 nas escolas e a importância desta efetividade a partir das práticas observadas no projeto “De 20 em 20”. O projeto “De 20 em 20” serve como exemplo de como os/as educadores/as podem contribuir para esta luta, promovendo uma maior efetividade para as múltiplas identidades raciais e respeito pela diversidade entre os/as alunos/as, além de quê nos faz ter a reflexão de como é possível envolver esta temática com possibilidades interdisciplinares visto que a Lei 10639/03 nomeia Literatura, História e Artes como campos férteis para implementação da mesma mas que de forma alguma extingue outros campos dos saberes, ao contrário, estas três disciplinas são as otimizadoras para que as demais dialoguem em conexão com histórias e culturas que são conhecimentos que ultrapassam rígidas fronteiras disciplinares. Esta pesquisa evidencia a necessidade de um compromisso coletivo com a implementação efetiva da Lei 10.639 e a valorização da cultura negra, para além de abordagens pontuais em datas comemorativas.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 2003. Oficial da União de 10 de janeiro de 2003.

_____. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** CP/DF Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** 2005.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

UFJF Notícias. Documento Eletrônico. Disponível em:
<<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/08/24/20-anos-da-lei-10-639-conquistas-e-desafios-para-uma-educacao-antirracista/#:~:text=Em%202003%2C%20um%20importante%20avan%C3%A7o,fundamental%20at%C3%A9%20o%20ensino%20m%C3%A9dio>> Acesso em: 25 Ago 2024